

O Movimento de Luta Contra o Desemprego e a Mediação da Igreja: Um estudo de caso na Grande Vitória, ES.

Ana Maria Doimo*

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFES, mestre em Antropologia Social pela Unicamp e doutoranda em Ciência Política na USP.

Introdução

Este trabalho apresenta um registro analítico do Movimento de Luta Contra o Desemprego (MLCD) organizado em Vitória, ES, durante a conjuntura de recessão econômica da chamada crise do petróleo nos anos de 1981 a 1985,¹ período em que se disseminaram no Brasil os chamados novos movimentos sociais em torno de diversas carências urbanas, como o transporte coletivo, a moradia, a saúde, creches, etc..

A reivindicação coletiva em torno do desemprego reuniu milhares de participantes em diversas capitais brasileiras, como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, tendo sido deliberadamente desencadeado por segmentos da Igreja Católica identificados com a “opção preferencial dos pobres”, as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação. No caso de Vitória, o MLCD ganhou alta intensidade mobilizadora, com passeatas, assembléias públicas e um acampamento de dezessete dias em praça pública central, com a participação de mais de mil acampados em lonas, estendendo-se para o interior da Catedral Metropolitana.

Além de compor um registro histórico desta trajetória, o presente trabalho traz à tona as virtualidades, as ambigüidades e as contradições de uma rica experiência expressivo-mobilizadora, marcada por uma singular interação seletiva entre valores tradicionais, como a comunidade e símbolos religiosos, e códigos ético-políticos emergentes, como a democracia direta e a autonomia.

A literatura dos chamados novos movimentos sociais que explodiram no Brasil a partir do final dos anos 1970, tem sido marcada por diferentes prismas de

¹ Este artigo resultou de um relatório de pesquisa que apresentei ao Departamento de Ciências Sociais da UFES, como parte das minhas pesquisas de campo realizadas no início da década de 1980 em torno dos chamados novos movimentos sociais na Grande Vitória, ES. Estive ligada ao Movimento de Luta Contra o desemprego, seja através da pesquisa de campo, seja através do cadastramento de desempregados que realizamos, na UFES, a pedido da CUT, para o qual contamos com o trabalho voluntário das seguintes alunas: Isabel Regina Augusto, Jamila Ana Xible, Mirian Pinto Gonçalves e Rosemeri Ceolin Esclanzero, a quem deixo meus agradecimentos.

análise. Ao serem interrogados quanto à sua natureza, sustentação e eficácia, ora são tidos como expressão das mais novas e candentes contradições do capitalismo, as contradições urbanas; ora são concebidos como novos sujeitos autônomos, organizados espontaneamente no campo da cultura em torno de um “novo projeto político” de transformação social; e ora são relegados a meros movimentos reivindicativos, com resultados pífios ou pontuais, uma vez que, ao serem induzidos a encaminhar demandas ao Estado, ficariam à mercê da sua lógica fragmentadora, disputando recursos por entre órgãos com tempos burocráticos diferenciados².

Como se vê, o debate teórico é bastante complexo e, por certo, este não é o momento mais adequado para seu delineamento³. Decidiu-se, portanto, tê-lo como referência, sem, contudo se deixar tomar pela força paradigmática deste debate tão polarizado entre “autonomia *versus* institucionalização”. Como segurança epistemológica, optou-se por seguir um enunciado epistemológico de Thompson (1981: 50,59) que diz: “o conhecimento histórico e seu objeto deve ser conduzido por sucessivas hipóteses ao longo da pesquisa empírica (...), levantando-se evidências de pressões e limites que compõem o campo de forças em que a ação se desenvolve”, evitando-se uma análise teórica com caráter prescritivo e normativo da ação.

À luz deste princípio epistemológico, foi feito um intensivo trabalho de campo à base da observação participante, de entrevistas com as lideranças, de pesquisa documental e de análise de discurso, seguido de sucessivas interrogações teóricas, pelas quais foram focalizados os aportes institucionais do MLCD e a vivência dos seus principais códigos ético-políticos, como a *democracia de base*, a *autonomia* e a *independência*, crivados por valores referidos à *comunidade*, à *libertação* e à *caminhada*, provenientes da experiência da Igreja de CEBs, hegemonizada pela Teologia da Libertação.

² Ver, pela ordem, Moisés, J.A, Alier, V. (1977); Evers, T. (1984) e Sader, E. (1987); Cardoso, R. (1983).

³ Já há alguns bons balanços da literatura, como os de Machado, L. A., Torres, A. C. (1984), Kowarick, L. (1985) e Jacobi, P. (1987).

Com isso, percebeu-se que tais códigos ético-políticos, em vez de terem um poder conceitual e explicativo, tinham uma força persuasiva enquanto valores e significados que orientavam e davam sentido aos atores em movimento. Através deles, todos se reconheciam como parte de um mesmo campo de relações, com fronteiras simbolicamente demarcadas frente a outros campos.

Assim, o estudo registrou a vivência dos principais valores e aspirações políticas da chamada *práxis transformadora* dos movimentos sociais da primeira metade da década de 1980, quais sejam: a participação da *comunidade* nas decisões, o desejo de instauração da *democracia direta* e a tão desejada *autonomia* do “movimento popular” em relação ao Estado, bem como detectou ambigüidades, seja entre o sentido moral e o sentido propriamente político da participação, seja entre uma face expressivo-disruptiva e uma face integrativo-corporativa.

1. A recessão econômica, o desemprego e a predisposição mobilizadora da Igreja Católica.

Em 1981, a recessão que começara a se abater sobre o país já dava mostra do aumento crescente dos índices de desemprego e da privação que milhões de trabalhadores viveriam ao longo dos anos seguintes. No mesmo ano, um fato significativo ocorrido em Xerém, um distrito do município de Duque de Caxias, RJ, dava indícios do que viria a ser a disposição da luta popular contra o desemprego que, de fato, prolongou-se até o ano de 1985 em vários pontos do país.

Lá, em Xerém, alheios às decisões que culminaram numa negociata que vendeu a Fábrica Nacional de Motores (a antiga “fenemê”) à multinacional Fiat-Diesel, os trabalhadores foram surpreendidos com 250 demissões, inclusive dois delegados sindicais. Indignados, os demais trabalhadores da empresa – aproximadamente três mil, deflagraram uma greve que se prolongou por mais

de trinta dias sensibilizando e movimentando vários segmentos sócio-políticos em ações de solidariedade material e apoio moral.

Dados publicados pela Folha de São Paulo em 27/11/83 e em 02/08/84 revelam que no ano de 1983 o número de desempregados só na Grande São Paulo já havia ultrapassado a casa de um milhão de pessoas, enquanto nacionalmente somavam mais de dois milhões. Se incluídos os subempregados, este número pulava para a cada dos treze milhões. Em abril de 1983, tais números se converteram numa manifestação de desempregados no Largo 13 de Maio de Santo Amaro, seguida de saques aos estabelecimentos comerciais da área e de uma passeata ao Palácio dos Bandeirantes (Barreira e Stroch, 1983).

Em vez de decisões de poder, que ao menos amainasse o problema, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto recebia “assustados prefeitos do interior em busca de respostas às levas de desempregados que batiam às portas das prefeituras (...)” e declarava: “o desemprego se expande e pode levar ao caos”. (Folha de São Paulo, 27/11/83).

Na Grande Vitória o problema do desemprego era particularmente agravado com o término das obras civis dos chamados Grandes Projetos Industriais nos setores portuário, siderúrgico e paraquímico, derivando demissões em massa. Não há dados precisos sobre as taxas de desemprego para este período. Em abril de 1983 o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil declarava:

O nosso setor é o que abrange o maior número de desempregados, pois até o segundo trimestre de 1982 o mercado dispunha de 40.000 empregos reais. Com a desativação das obras da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a recessão e a falta de financiamento para execução de novas obras civis, podemos afirmar que o volume de desempregados já alcança a casa dos 13.000. (A Gazeta, 01/04/1983).

Em junho de 1984 a agência local do SINE (Sistema Nacional de Empregos) revelou que durante o ano de 1983 teria havido uma redução de 3,02% de empregos na indústria, 3,90% no comércio e 0,38% no setor de serviços, sem contar as demissões maciças da Companhia Siderúrgica de Tubarão, a CST.

Este quadro ficava ainda mais alarmante diante da total ausência de decisões políticas sobre a questão. O governador do Estado, Gerson Camata, recém eleito pelo PMDB, perdia-se em acusações ao governo anterior e ao governo federal (ambos de outro partido político, o PDS), em lamentações do tipo “recebemos o Estado em situação caótica”, ou em evasivas como esta: “a situação ultrapassa as responsabilidades do Estado e situa-se como problema diretamente ligado à recessão econômica”. Até mesmo o sistema de audiências públicas, individualizadas, recém-criado para fazer jus ao seu lema de campanha “vamos governar juntos”, foi suspenso. É que o governador foi surpreendido por intermináveis filas de pedintes de emprego. Esperto, suspendeu o sistema de audiências que acabara de criar, e determinou que os pedintes fossem encaminhados para cadastramento junto ao órgão local do SINE.

Um contexto político-econômico como este, de crise recessiva do capitalismo e de falta de decisões políticas, compõe, sem dúvida, um nicho favorável ao aparecimento de movimentos reivindicativos. Mas no caso do MLCD, foi notável a concomitância com que se criaram e se proliferaram, de repente, uma multiplicidade de multiplicidade de “grupos de desempregados” nas periferias das principais cidades brasileiras, reivindicando frentes de trabalho, e os chamados “comitês de desempregados” visivelmente organizados nos locais de moradia e não em âmbito sindical. Tão logo começaram a aparecer passeatas, vigílias e atos públicos em grandes capitais, seguidas por prolongados acampamentos em logradouros públicos ou em casas legislativas.

Um mergulho em profundidade no âmbito desses processos organizativos e mobilizatórios revela que nada disso surgiu assim tão de repente, nem foi uma

derivação linear das contradições do capitalismo ou de suas leis históricas subjacentes. Em que pese a carência de emprego, agravada pela crise recessiva do início da década de 1980, o MLCD só emergiu pela predisposição mobilizadora da Igreja Católica, capaz de atuar na porosidade do social e de gerar, ao mesmo tempo, um senso de unidade pela metáfora do “povo como sujeito da sua própria história”.

A decisão de se criar Comitês de Luta Contra o Desemprego já estava, na verdade, inscrita nas resoluções aprovadas em 1983 pela 1ª CONCLAT⁴, onde se define a seguinte pauta de reivindicações: *seguro desemprego, redução de jornada de trabalho de 48 para 40 horas e o fim das horas extras.*

Porém o MLCD vingou mesmo muito mais decisão da Igreja Católica, através da CNBB, ao incluir a luta contra o desemprego em suas diretrizes gerais de ação pastoral nas periferias das cidades brasileiras, quando então houve uma mudança radical da pauta de reivindicações para: *abertura de frentes de trabalho, cestas básicas de alimentação, passe livre no transporte coletivo, isenção de taxas de água, de luz e de impostos públicos.* Enquanto esta pauta da CUT requeria interlocutores do governo federal e de entidades empresariais federais, a nova pauta estadualizou e municipalizou os interlocutores, além de inaugurar demandas nada afeitas às rotinas sindicais, a ponto do presidente da CUT, Jair Meneguelli declarar que: "os sindicatos não podiam portar-se de maneira assistencialista, como meros agenciadores de empregos".

O fato é que, com o suporte e o apoio da Igreja Católica, o Movimento de Luta Contra o Desemprego decolou em diversas grandes capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Vitória, pela formação de pequenos grupos populares localizados nos bairros, e pela incorporação do apoios de sindicatos de porte, como o dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, de lideranças sindicais voltadas à formação das CUTs estaduais, como foi o caso de João Carlos Coser, na linha de frente junto com o Sindicato dos Comerciários, o Sindicato

⁴ Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, que deu origem, em 1984 à criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

dos Trabalhadores da Construção Civil e os Oposições Sindicais, como a dos metalúrgicos, além do apoio de sindicatos de classe média, como o Sindicato dos Médicos, das Assistentes Sociais e a Associação de Docentes da UFES.

Este apoio do sindicalismo levou adiante, até certo ponto, a reivindicação do seguro desemprego através do envio direto de milhares de requerimentos ao Ministério do Trabalho⁵. Mas na medida em que crescia a reivindicação por *novas frentes de trabalho, cestas básicas e isenção de taxas*, o movimento se estadualizava cada vez mais com a definição de interlocutores no âmbito do poder executivo estadual.

Para a Igreja, contudo, que se propunha a evangelizar à luz da *Opção Preferencial pelos Pobres*, isto não parecia constituir entrave. Muito pelo contrário, pois suas CEBs tinham muito mais base junto aos locais de moradia do que junto aos locais de trabalho. Eis um dos recursos bíblicos que, naquele momento, justificava simbolicamente seu estímulo às lutas sociais: “Eu via a miséria do meu povo e ouvi o seu clamor por causa dos seus opressores. Conheço a sua dor. Estou decidido a libertá-lo” (Ex. 3/7)⁶,

O primeiro indício expressivo do apoio da Igreja ao MLCD deu-se em 1981, por época do movimento grevista dos trabalhadores Fiat-Diesel de Xerém, já mencionado anteriormente. Um manifesto de apoio e solidariedade era subscrito pela Pastoral Operária de Nova Iguaçu, pela Comissão Justiça e Paz e pela Caritas Diocesana. Em Pernambuco, a Ação Católica Operária pronuncia-se: “é hora de se mobilizar contra a praga do desemprego” e, em São Paulo, onze bispos, encabeçados pelo Cardeal Arcebispo Metropolitano Dom Paulo Evaristo Arns, determinam em setembro de 1981:

⁵ O seguro desemprego foi inesperadamente criado no Brasil, em 1986 pelo então chamado Plano Cruzado, também conhecido como Pacote de Abril, lançado de cima para baixo pelo Presidente José Sarney com vistas, dentre outras coisas, a congelar preços e salários.

⁶ Citação extraída da abertura de vários folhetos contendo comunicados da Igreja em apoio à luta contra o desemprego.

Domingo (...) todas as nossas Comunidades hão de suspender suas celebrações e programações, para comparecer à Praça da Sé e aí participarem da Santa Missa, ouvindo a mensagem de Deus e de nossos irmãos desempregados e aflitos. Ordenamos, estejam presentes todos os Padres e Religiosos com suas Comunidades, Colégios e Associações, para sermos uma só voz e um só coração diante de Deus, que pode mudar o rumo da História (...)⁷

Esta disposição de organizar a população em torno de suas carências, a capilaridade de seu trabalho junto às tradições culturais locais, e a força com que comparece através de seus recursos simbólicos, organizativos e materiais, tem feito da Igreja Católica um peculiar sujeito político junto aos processos organizativos das chamadas classes populares no Brasil dos últimos anos. No MLCD em particular, seu poder persuasivo foi se colocando decisivamente no processo de formação de verdadeira multiplicidade de “comitês de bairro”, e seu poder incorporativo foram angariando diversos apoios de entidades, associações de classe e sindicatos então envolvidos no processo de criação da CUT. Paradoxalmente, tal poder, persuasivo-catalizador adquiria a faculdade de criar um movimento como se fosse um sujeito próprio, com vida própria, como tivesse autonomia e independência.

Em Vitória, todos os órgãos anexos à Arquidiocese, como o CDDH — Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a Pastoral Operária e a Pastoral de Periferia, empenharam-se na organização do MLCD. Coube, porém à direção da Pró-CUT Estadual fazer o primeiro chamamento de “comitês, grupos e comunidades”, para que fundassem o mesmo. E o procedimento foi o seguinte: com a presença de aproximadamente 600 pessoas, foi deflagrada a chamada Assembléia Estadual dos Trabalhadores, que além de criarem publicamente o Movimento, formou o Comitê Central de Luta Contra o Desemprego, com um representante de cada agrupamento por bairro e a Coordenação Geral, cujas principais lideranças ou eram oriundas do “trabalho da Igreja” ou com ela mantinham estreitos laços orgânicos e ou afins. Era o caso, por exemplo, do presidente estadual da Pró-CUT, João Carlos Coser.

⁷ [Igreja Católica de São Paulo]. *Tarde de oração na Praça da Sé: celebração a favor de trabalho e salário justo para todos*. São Paulo, [set. 1981]

2. O poder mobilizador das imagens mítico-proféticas e a práxis da “democracia de base”.

Dificuldades das mais elementares, como não ter dinheiro para pagar o ônibus, tinham de ser vencidas para que o empreendimento mobilizador do MLCD. O que fazer? Ora, vamos caminhar. Mais precisamente: fazer “*caminhadas*” dos bairros para o centro. De empecilho, a carência transformava-se em fator motivador para a coesão e, ainda de quebra, dava visibilidade pública ao problema do desemprego, até porque nessas caminhadas havia cartazes e faixas de protesto. E assim, grupos iam se movendo dos mais longínquos bairros e, como numa peregrinação descentralizada, faziam longas caminhadas coletivas confluindo para o centro da capital, onde se realizavam concentrações e atos públicos de protesto.

Em auxílio às decisões dos grupos, e na perspectiva de “unificação do movimento”, boletins eram confeccionados em linguagem simples, contendo textos didaticamente dispostos sobre como “*ligar a luta mais específica com a luta mais geral*”. Como um dos principais apelos do MLCD, a unificação era constantemente manifestada pela Pró-CUT em conjunto com a Pastoral Operária. Vejamos suas indagações: “Que questões estão ligadas ao grave problema do desemprego? Será que: Greve geral, Eleições diretas, FMI, Jornada de trabalho, Falsos políticos, Auxílio desemprego, Seguro desemprego (...) não têm relação com o problema do desemprego?”.

Por vezes, da sensação de abandono, exclusão e impotência, surgida da recusa do governo em atendê-los, muitos participantes propunham que o Movimento partisse os *saques*. Porém, embora os saques fossem considerados legítimos á luz dos direitos naturais de sobrevivência, eles sempre descartados e protelados como sendo o último recurso da luta. O Arcebispo da Arquidiocese de Vitória elogiaria, posteriormente, o caráter “*pacífico e ordeiro*” do MLCD, dizendo que “o povo não está querendo fazer

baderna, não está querendo violência, e sim justiça. (Trecho do pronunciamento do Arcebispo de Vitória em 22-06-1984).

Tudo no MLCD procurava transcorrer obedecendo ao pressuposto de se incorporar os participantes como sujeitos ativos na viabilização das etapas e dos eventos e, principalmente, no processo interno de *tomada de decisões*: pequenos grupos, socialização de todas as informações; escolha de relatores e de coordenadores pelos seus pares a cada reunião; reuniões ampliadas de todos os grupos, leituras de relatórios, sistematização conjunta de propostas, discussão, votação e, finalmente, aprovação. A *participação da comunidade nas decisões* apresentava-se como valor fundamental. E a intenção de atribuir coerência à visão de mundo fragmentada e dispersa da base do Movimento também era constitutiva das lideranças. Aliás, um tipo de liderança empenhada em não ser a vanguarda, formada não mais para levar a *razão revolucionária* ao povo inculto, mas para, em permanente contato com a lógica própria das classes populares, nela encontrar os problemas a serem estudados, reinterpretados e resolvidos na mesma medida em que se buscasse superar a fragmentação.

Este tipo de postura, considerada nova nos movimentos sociais, contrariava as condutas dos velhos partidos comunistas de corte leninista. Era um período em que o marxismo culturalista inspirado em Gramsci estava em alta. As lideranças sentiam-se como “intelectuais orgânicos”, implementando a *filosofia de práxis*⁸. Talvez isto explique também a adaptação de muitas composições musicais veiculadas pela mídia, a letras referidas ao problema do desemprego e aos desmandos do governo e das relações de exploração. Vejamos, por ora, duas delas:

⁸ Conforme Gramsci, “o universo fragmentado e difuso do senso comum poderia ganhar *unidade e coerência* histórica, se houvesse uma unidade entre a teoria e prática, isto é, se os intelectuais fossem, organicamente, os intelectuais daquela massa, se tiverem elaborado e tornado coerentes os princípios que aquelas massas colocavam como a sua atitude prática. (Gramsci, 1978: 18).

VAMOS A LA PLAIA

Queremos trabalhar, hô, hô, hô, hô.
Colégio Eleitoral⁹ é vergonha nacional.
Camata¹⁰ e o emprego, que nos prometeu.
Chega de promessas! Quem diz isso sou eu.
Eu estou sem emprego! Portanto sem comer,
“Preciso trabalhar que é para não roubar.”

“CHOCOLATE

Eu quero frentes de trabalho imediatamente
Eu quero um melhor salário pra poder viver
(Bis) Vamos lutar por frentes de trabalho
Pois sem trabalho, não tem mais jeito
E frentes, frentes, frentes de trabalho
Para todo esse povão.

(Refrão)

É frentes, frentes, frentes, frentes. Frentes de trabalho
Nós fomos exigir trabalho no Palácio
Camata nos mandou a polícia pra nos bater
O que é isso, seu Gerson Camata?
“O seu governo tem que dar um jeito”.

Essas paródias musicais eram cantadas em eventos massivos, cumprindo funções de lazer, descontração e de crítica política. A ironia e o deboche, nem seria preciso dizer, constituem um dos recursos para desqualificar a política institucional e deslegitimar a autoridade constituída. Por isso mesmo, trata-se de recurso pedagógico mobilizatório que introduz de forma alegre e jocosa, conteúdos culturais inovadores como forma de politização. É visível neste tipo de prática a tentativa estratégica de se interagir a cultura do senso comum (religião, linguagem e sentimentos) com uma visão de mundo crítica. Afinal, as lideranças da Igreja Popular haviam descoberto e incorporado Gramsci, em

⁹ O Colégio Eleitoral foi um subterfúgio criado pelo governo militar, no âmbito da Câmara Federal, para a não realização de eleições diretas ao primeiro sucessor civil do período militar.

¹⁰ Camata era o nome usualmente utilizado para o então Governador do Estado.

seus conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e formação de um novo bloco histórico.

(...) A filosofia da práxis não busca manter os 'simplórios' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-las a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre intelectuais e os simplórios, não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual e moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (Gramsci, 1978, 20).

É bom lembrar que, ao desenvolver essas idéias, Gramsci não estava somente refutando o reducionismo marxista. Estava também desferindo dura crítica à *democracia cristã* do seu tempo (década de 1920) que, segundo ele, mantinha os simplórios no primitivismo do senso comum. Não por acaso, no Brasil dos anos 1970 e 1980, a Teologia da Libertação incorpora a *pedagogia do oprimido* de Paulo Freire (Wanderley, 1981) e a Igreja Católica de CEBs assimila essas lições de Gramsci. No MLCD, por exemplo, tanto o elemento religioso, quanto a própria estrutura da Igreja foram suportes de uma pedagogia popular dita transformadora das relações de dominação e de exploração. Nela mesclavam-se metáforas clericais tradicionais, como a "comunidade", e sentidos proféticos da "caminhada", com códigos ético-políticos emergentes como a democracia direta, a autonomia e a linguagem da justiça e dos direitos.

Vejamos outra composição musical muito cantada nos eventos maciços do MLCD:

NOSSA VISTA CLAREOU

(Refrão) De repente nossa vista clareou, clareou, clareou
E descobrimos que o pobre tem valor, tem valor tem valor!

Nós descobrimos o valor da União;

É arma poderosa e derruba até dragão.

E já sabemos que a riqueza do patrão

E o valor dos governantes passa pela nossa mão.

(Refrão)

Nós descobrimos que a seca do Nordeste,

Que a fome e que a peste não é culpa do Deus Pai.

A grande culpa é de quem manda no país.

Fazendo o pobre infeliz. Desse jeito é que não vai.

(Refrão)

O que nós vemos é deputado, é senador

Militar e jogador recebendo seus milhões

Enquanto isso o povo trabalhador

Derrubando o seu suor, tem que viver de tostões

(Refrão)

Temos certeza que Deus Pai libertador

Lá na Bíblia nos deixou o caminho para seguir:

Unir seu povo que era escravo do Egito

“O Faraó ficou aflito e Moisés pode partir”

Não é preciso nenhum esforço para perceber que essa letra não reduz a religiosidade à sua dimensão transcendental, ainda que projete uma visão romântica da política. Vejamos: Deus delegou ao seu povo um caminho de luta, de união e de participação para que, consciente dos seus *direitos*, tome a política em sua mão. Assim, se o valor do pobre é negado pela *riqueza do patrão* e pelo *poder dos governantes*, é exaltado pela poderosa *arma da união*, que *derruba até dragão*, num caminho abençoado por *Deus Pai libertador*, a exemplo do que já fez historicamente com a libertação dos oprimidos no Egito.

É assim, que novos conceitos do que seja a fé vão tomando lugar, como este de Rubem Alves:

(...) A fé não é coisa dentro das pessoas como se nelas houvesse um lugar reservado para as idéias independente do corpo (...) Na universidade a gente aprende que os símbolos são bons para pensar. Mas na vida, a gente descobre que os símbolos levam as pessoas para as batalhas, para a mesa, para a cama. “A fé é isso: a rede de símbolos em que se luta, em que se come, em que se dorme”.

Significa dizer que as idéias, os símbolos e as representações não são uma “instância” ou uma “superestrutura ideológica” separada e mecanicamente determinada por outra instância, a “infra-estrutura econômica”. As idéias, os símbolos e as representações são, a um tempo, constitutivas e constituintes da existência, e elas podem ser usadas “para iluminar ou para cegar, para fazer voar ou paralisar, para dar coragem ou para atemorizar, para libertar ou escravizar” (Alves, 1981, 106) ¹¹.

NOSSA ALEGRIA

Nossa alegria é saber que um dia
Todo esse povo libertará
Pois Jesus Cristo é o Senhor do mundo
Nossa esperança realizará. (Bis)

Jesus manda libertar os pobres,
Ser cristão é ser libertador
Nascemos livres para crescer na vida,
Nunca ser pobre e viver na dor. (Bis)

Vejo no Mundo tantas coisas erradas,
Mas quem tem fé sempre está em Cristo,
Tem esperança e força para lutar. (Bis)

De pouco a pouco o tempo vai passando,
A gente espera a libertação
Se a gente luta ela vem chegando
Se a gente para ela não chega não. (Bis)

As imagens mítico-proféticas aí presentes, ganham uma dimensão política na interação com os códigos emergentes da participação. Como dar efetividade a

¹¹ Essa leitura de Rubem Alves surge da crítica do conceito marxista de ideologia, que via a cultura e a religião como falsa consciência, como reflexo invertido das condições de existência ou ainda como ilusão mistificadora do real.

eles? Como dar origem a uma cultura política nova, livre dos vícios políticos da manipulação e da cooptação do Estado? Como criar novos sujeitos, alternativos aos canais tradicionais de representação política e capazes de assumir sua própria história? Vamos por partes e começar pelas condições concretas de existência: a própria “luta contra o desemprego”.

Em abril de 1984, um exemplo emblemático desta estratégia: reunidos numa tarde de domingo numa das salas da Arquidiocese de Vitória, quarenta e seis representantes dos comitês de bairros decidiam, sentados em círculo, sem nenhuma hierarquização, quem seria o relator daquela primeira reunião do Comitê Central do movimento. Decidiam também, após cada qual relatar os passos do Movimento em seu bairro, quais seriam os pontos da pauta de discussões a serem primeiramente discutidos por todos. Para viabilizar a fala de todos, dividiam-se em quatro grupos, após o quê se disporem novamente em plenária para “tirarem” *decisões indicativas* a serem encaminhadas às bases, nos Comitês de Bairro para, depois de apreciadas, saírem as efetivas deliberações.

E que decisões indicativas foram estas? Primeiramente, foi tirado um posicionamento contrário ao aceno do governo de reativação das obras da Terceira Ponte¹² como forma de abertura de novos empregos (na construção civil). Em seguida, levantaram-se as seguintes indagações:

“— Por que não investir em hortas coletivas? Por que não ocupar a mão de obra dos desempregados em seus próprios locais de moradia, investindo em saneamento básico, em postos de saúde, em creches e em escolas? Por que não promover o reaproveitamento do lixo e a limpeza de terrenos baldios? Por que não construir olarias e, com ajuda de mutirões remunerados, enfrentar o problema da favelização e da crônica falta de moradia? Enfim, por que não utilizar a mão-de-obra desempregada em

¹² A terceira ponte é uma monumental obra de construção civil projetada para ligar a parte nordeste de Vitória às imediações do centro de Vila Velha, cruzando o canal marítimo que faz de Vitória uma ilha. Suas obras estavam paradas à época do MLCD, havia aproximadamente quatro anos.

projetos que resolvessem também, outros problemas crônicos das classes populares?”
(informações coletadas à base de observação participante)

As bases, nos bairros, decidiriam o que fazer e o que exigir do governo. A mobilização garantiria a eficácia das decisões então tomadas e, para tanto, o envolvimento de todos era fundamental. É assim que, as reuniões ocorridas nos bairros seguiam a mesma sistemática da *participação entre iguais*, de modo a estimular a desenvoltura da participação, o uso da palavra, inclusive pela desmistificação da aura que envolve a autoridade pública. Vejamos a fala de uma das lideranças locais:

“No meu bairro a gente pegava ali, a gente fazia o companheiro vê aquilo que ele necessitava, que ele precisava, entende? Ver que ele tava ali e saber que ele é gente igual mesmo a Gerson Camata (governador do Estado), o Secretário (do Bem Estar Social) Beato. Ele é personagem igual a essas pessoas mesmo. Tem o mesmo valor. Discutir isso, né? Então aquela pessoa que ouvia, logo perguntava o que isso queria dizer; no que a gente explicava que a União faz a força e que devia formar um movimento. Então a gente começou a reunir assim, todo mundo participando. E aquilo foi discutindo, discutindo, até sair no ponto que saiu: no acampamento na Praça. As reuniões do Comitê de Bairro eram assim: sentado tudo em roda e discutia se tava desempregado e o que tinha que fazer. Se era saque, passeata ou acampamento. Todo mundo dava opinião do que tinha que fazer, né!” (Trecho de entrevista feita com liderança de bairro).

Eder Sader, em recente tese de doutoramento, também demonstrou que “nas narrativas das pastorais da Igreja aparecem uma pluralidade de pequenos grupos comunitários que se unem numa ‘*caminhada*’(...)”. E disse em seguida que, “nessa representação, a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um *sujeito* coletivo com visibilidade pública”. (Sader, 1987, 04. grifos meus).

Como explicar a reabilitação da idéia de comunidade, um conceito que sempre foi revestido de um caráter conservador pelo pensamento político e sociológico¹³, como um dos pilares dos novos movimentos sociais? Poderíamos dizer tão logo que o conceito ganhou nova conotação à medida que a Igreja Católica, que tem na comunidade um de seus principais patrimônios (Sanchis, 1986)¹⁴, tornou-se progressista. E nesse sentido, reproduzindo-a para efeito de alavancar movimentos sociais, poderia estar contribuindo para o fortalecimento de uma cultura política mais solidária, contra padrões predatórios da competição capitalista e do excesso de individualismo. Um argumento até sedutor, mas para tanto, a continuidade das ações seria fundamental, pois como diz Durham (1980), “*padrões culturais só sobrevivem na medida em que persistem as situações que lhes deram origem*”. Resta saber, portanto, até onde ela, a Igreja Católica, vai levar adiante este seu empreendimento de alavancar movimentos na sociedade civil¹⁵.

¹³ A luta pelo desmantelamento da estrutura corporativa da sociedade medieval e pela criação do Estado moderno, tornou os jusnaturalistas do século XVII e XVIII ferrenhos contestadores da idéia de comunidade e do direito divino em nome da racionalidade e do direito natural. O Iluminismo, igualmente, “votava oposição irrestrita a todas as formas de *associação tradicional e comunitária*” em nome da sociedade e do Estado moderno (Nisbet, 1977:257). Somente com as reações aos desdobramentos absolutistas da Revolução Francesa, é que a idéia de *comunidade tradicional* é resgatada, e por um conservador: Burke, que se opunha ao “individualismo despersonalizado” (idem: 159). A recusa da idéia de comunidade faz parte, também, da tradição marxista do chamado socialismo científico, pois em sendo em espaço de consenso, cooperação e homogeneidade, significa a antítese da sociedade, esta sim, afeita aos conflitos de classe e às contradições que levariam o proletariado à construção do socialismo. No pensamento sociológico positivista, o conceito de comunidade se consolida num sentido restrito para, em oposição à sociedade, definir pequenas localidades de limites nítidos e definidos e expressar “*estados de espírito muito semelhantes para todas as pessoas*”. (Bottomore, 1965: 91)

¹⁴ Segundo Sanchis (1986), a idéia de comunidade “*perpassa o discurso da Igreja em todos os tempos*”.

¹⁵ Há muitos estudos sobre as recentes transformações da Igreja Católica após o Concílio Vaticano II e sua adesão, no Brasil, à Teologia da Libertação. Romano (1979) duvida da longevidade desta adesão, enquanto outros autores são mais otimistas, como Souza Martins, 1987 e Gomes de Souza, 1982. Ver também Della Cava, 1986 e Paiva, 1985.

3. As ambigüidades na vivência da autonomia.

Segundo um grupo de intelectuais da USP, liderados por Eder Sader, a idéia de autonomia define um *desejo* de autodeterminação que supõe, necessariamente, a recusa da dominação seja do Estado, seja dos partidos políticos. É a expressão autoconsciente das formas de organização popular que se dirigem ao poder público para, a um só tempo, *exigir* que ele atenda reivindicações e cumpra obrigações, e *reagir* contra sua ascendência sobre a sociedade civil. (Desvios, 1982)

O trato operacional desta idéia no plano da experiência é, no entanto, bastante complicado e essencialmente ambíguo, conforme veremos ao analisar a relação estabelecida do MLCD com o Governo do Estado.

As várias tentativas de instauração de processo de negociação partiram, na verdade, tanto do Comitê Central do Movimento, quanto do Secretário de Bem Estar Social designado pelo governador Gerson Camata para intermediar as negociações. Até porque, o Secretário, em sendo um pastor protestante, ecumênico e reconhecidamente progressista, poderia lidar melhor com o caso. É de se salientar que, embora eleito pelo PMDB em 1982, este governo foi fruto de ampla coalizão entre setores conservadores, populistas e progressistas.

As tentativas do comitê Central do MLCD para a abertura de negociações restringiram-se ao envio de requerimentos à casa civil da governadoria, *exigindo* audiências, contando com a força mobilizatória dos Comitês de bairro. A idéia era ter força de pressão, com os desempregados em passeatas e concentrações públicas, investindo-se o máximo possível no lado expressivo-mobilizador do movimento. Partidos políticos e poder legislativo? Nem pensar! O descrédito e a recusa era total. Havia, na verdade, uma *negatividade indiscriminada* em relação à institucionalidade política.

Por outro lado, conhecedor da origem das causas estruturais do desemprego, o Secretário do Bem Estar Social, sabia das limitações da sua Secretaria para equacionar o problema, mas não mediu esforços para mobilizar recursos de outras secretarias e órgãos do Estado para avaliar as reivindicações do MLCD.¹⁶ O momento culminante desta conduta foi a instauração de uma arena de negociações, com a participação das lideranças do movimento juntamente com representantes de onze órgãos do Estado. Afinal, como já vimos, a pauta de reivindicações incluía, além de frentes de trabalho, cestas básicas de alimentação, passe livre nos ônibus e isenções de taxas. Para as primeiras, foi chamada a CEASA e a Secretaria de Agricultura. E para as demais, a CESAN quanto às taxas de água, a ESCELSA, quanto às taxas de luz e assim por diante.

Mas as lideranças não estavam nada satisfeitas com esse encaminhamento dado pelo governo, pois queriam negociar diretamente com o Governador, e não com o Secretário. Queriam garantir a unidade do Movimento a partir da figura central do poder executivo ou decisório, e não correr o risco de fragmentação ante tal diversificação de interlocutores. Porém, desencadeado este processo, não se conseguiu mais revertê-lo e, tão logo houve avaliações de que o governo havia desferido um golpe contra o movimento, uma ação manipuladora e desmobilizadora. De fato, havia razões suficientes para se prever a fragmentação. Afinal, quanto às frentes de trabalho, dois prefeitos que prometeram *pensar no assunto com carinho*; quanto ao *passe livre nos ônibus*, alegou-se a inexistência de companhias estatais de transporte coletivo, sendo sugerido que o MLCD estabelecesse negociações diretas com as empresas do setor; quanto as *cestas básicas de alimentação*, a Coordenação de Planejamento (COPLAN) elaborou um projeto de distribuição gratuita de leite e banana, e a Secretaria de Agricultura se propôs intermediar junto à CEASA,

¹⁶ Os termos recursos de poder e iniciativa são usados por Luciano Martins como categoria para análise do processo decisório. Segundo o autor, “o sistema de decisões representa a arena política onde as reivindicações são convertidas em iniciativas e onde estas últimas recebem a sanção política que as transformam em decisões”. “O processo decisório compreende três seqüências analiticamente discerníveis: a articulação de interesses, o processamento de iniciativas e a tomada de decisões”.

contratos com produtores rurais para repasse dos excedentes diários; quanto à *isenção de taxas de luz*, a ESCELSA declarou disposição de estudar a viabilidade administrativa de tal medida; e quanto à *isenção de taxas de água*, a CESAN se propôs a autorizar a sustação do pagamento, mas desde que fosse feito um cadastramento dos desempregados e se soubesse exatamente quem seria beneficiário da medida. Aí a situação se complicou ainda mais, pois o MLCD não tinha uma relação nominal dos desempregados. E foi então que o Governador, espertamente, condicionou qualquer medida à realização do cadastramento, pois enquanto o MLCD afirmava a existência de 6.000 desempregados em sua base, o governo dizia que na *última concentração pública não se havia sequer 300 (trezentos)*.

Subterfúgios? Protelação? Ou quebra de braço? Bela cartada, esta, do ponto de vista governamental! No jogo de poder, de exigir, o movimento passou a ser exigido. E mesmo oferecendo a ajuda do SINE e da SEBES¹⁷ para o cadastramento, o governador sabia que isto envolve operações metodológicas demoradas, o suficiente para se apostar na desmobilização.

As reações das lideranças foram de indignação. Afinal, como poderia um movimento *autônomo e independente do Estado*, desenvolver atividades em conjunto com aparatos seus a bem do próprio movimento? Para muitos, a sensação era de se estar entre a cruz e a espada, ou seja, ou se aceitava a tarefa correndo o *risco da manipulação e da cooptação*, ou se recusava sob pena de colher como resultado a desarticulação do movimento, já que ao Estado cabia, agora, esperar.

Esta é uma típica situação demonstrativa de que os movimentos sociais não se definem somente pela existência de uma cultura comunitária. Sua configuração é dada, também, pelas relações com o Estado. Manter interlocução com seus antagonistas, eis o maior desafio dos movimentos sociais, pois é neste contato, confronto ou negociação, que a identidade é testada e a sua força é medida.

¹⁷ Secretaria Estadual de Bem-Estar Social.

O cadastramento foi, então, realizado. Ajuda à Universidade foi solicitada e, nas conversações com o SINE e a SEBES, decidiu-se que seria utilizada a técnica da pesquisa participante (Brandão, 1981), envolvendo-se os próprios Comitês de bairro na realização do mesmo. Assim, em vez de desmobilização, o efeito foi o contrário. Estabeleceu-se um clima de euforia e de visível ampliação das bases ao movimento. O “selo” do governo talvez tenha aumentado a legitimidade do Movimento e, com isso, ampliado as expectativas de ganhos através dos mesmos. Entretanto, essa estreita convivência entre as lideranças e os aparatos do Estado (SINE e SEBES) era vivida com desconforto e um incômodo sentimento de traição a um dos seus mais caros valores: a autonomia. Mas isto contornava-se. Embora circulassem nos bairros em veículos que traziam as marcas do Estado (logotipo do SINE e chapa branca), distribuíam os folhetos convocatórios tão somente com as marcas da Pró-CUT e do MLCD, e atribuíam o mérito do empreendimento exclusivamente à organização e à participação popular. Vejamos:

...graças à participação e tenacidade dos trabalhadores das comunidades, que se organizaram em torno do Comitê de Luta Contra o Desemprego (...). Não basta apenas participar do cadastramento. É importante a sua participação nas reuniões do Comitê de Luta Contra o Desemprego do seu bairro para descobrirmos a melhor forma de ver atendidas as nossas reivindicações. “São muitas as dificuldades do nosso dia-a-dia, fruto do sistema capitalista, e agravado pelo modelo econômico implantado a partir de 1964, que distribuiu aos trabalhadores, fome, miséria e desemprego”. (Trecho do folheto convocatório ao cadastramento realizado nos bairros)

Assim, nesse espírito de independência e de “autonomia”, porém contando com a base operacional do SINE, ficaram acertados os seguintes pontos: a) discutir nos bairros a forma de viabilizar o cadastramento com a participação dos Comitês de Bairro; b) criar comitês nos bairros onde não existam; c) discutir nos bairros a elaboração do questionário da Ficha Cadastral; d) definir em reunião no bairro, o dia, a hora e o local para início do cadastramento.

Foram dois meses de trabalho (março a maio de 1984) até o final do cadastramento. Ao todo, somaram 5.982 desempregados em 31 bairros da Grande Vitória. Um número suficiente para responder ao desafio lançado pelo Governador. Este, que apostara na desmobilização, foi surpreendido com o vertiginoso crescimento do movimento. Estariam suas propostas de atender aos cadastrados em pé? Nada. Novas evasivas. Por que não colocar todos os cadastrados na rua dando uma demonstração de força? Afinal, os comitês de bairro haviam se fortalecido, as reuniões ampliadas e as expectativas redobradas. Estavam reunidos, pois, os *recursos de poder* para um novo enfrentamento. Uma assembléia geral e, por aclamação, decidiu-se por uma medida de impacto: montar um acampamento de desempregados em frente ao Palácio do Governo. Vejamos a justificativa:

(...) Considerando o tempo dado ao Governo a partir de 25/10/83, data em que foi entregue o documento com as propostas dos trabalhadores desempregados e até a data desta Assembléia, 30/05/84, não temos nenhuma das nossas propostas garantidas, foi deliberado por esta Assembléia que, como forma de levar o governo Estadual e Federal a discutir com mais empenho a questão do desemprego e sensibilizar a opinião pública, fazer um acampamento na Praça do Palácio a partir do dia 06/06/84. (“...”) Consideramos que um dos motivos pelos quais até hoje não se tem nada de concreto, é devido ao fato de se ter transferido as discussões do nível do Governador para a SEBES.” (Trecho do documento Posição dos Trabalhadores Desempregados diante das propostas do Governo ... , 08-06-84. grifos meus)

A despeito da morosidade por parte do governo, e da falha nas negociações, prevalecia na Coordenação um senso de *negatividade indiscriminada* em relação às instituições políticas. A desconfiança era total, decorrente do seguinte conceito marxista reducionista de Estado, predominante na esquerda brasileira neste momento: o Estado é um instrumento essencial da dominação burguesa, através do qual se reproduz os interesses do capital em detrimento dos interesses da força de trabalho, tendo portanto um caráter de classe. Só a luta contra o estado, pelo confronto e pela autonomia, é capaz de implementar

o projeto político da classe trabalhadora de transformação do capitalismo rumo ao socialismo.

É bem verdade que o Estado capitalista se estrutura e se organiza para reproduzir a sociedade capitalista, bem como é indubitável o risco de cooptação. Mas não é certo pensar que o Estado seja apenas um conjunto de aparatos ou um *instrumento* que pode ser manejado ao bel prazer desta ou daquela classe ou deste ou daquele movimento social. O Estado, diz Claus Offe, é, na sociedade capitalista contemporânea, *um ser em si mesmo capitalista*¹⁸, caracterizando-se, ele próprio, como um espaço de virtuais conflitos de classe. Entretanto, as lideranças do MLCD decidiram agir exclusivamente pelo confronto, talvez apostando que pudessem, logo ali, partindo deste movimento, transformar as estruturas sociais e políticas. Razão pela qual decidiu-se partir para a radicalização com o acampamento em praça pública.

4. O acampamento do MLCD: um ritual de democracia direta.

Sabemos que a idéia de democracia direta vem da antiguidade clássica da polis grega, na qual as decisões políticas eram tomadas em assembléia a partir da comunicação face a face e onde o poder não era algo separado da sociedade. Segundo Bobbio (1986), na democracia direta a participação de todos em todas as decisões a eles pertinentes é central, sem que exista nenhum intermediário.

Era dia 06 de junho de 1984 e já estava tudo combinado. Grupos de homens e mulheres com respectivos filhos saíam dos bairros em caminhada e

¹⁸ O conceito de Estado Capitalista foi desenvolvido por Claus Offe a partir da crítica às análises marxistas instrumentalistas e essencialistas do Estado. Ele demonstra que o Estado não é um conjunto de aparatos neutros cujo caráter se define pela classe que dele se apodera por determinações que lhes são exteriores. A tendência permanente de paralisação do mercado de valores levou à estruturação das relações capitalistas no seio do próprio Estado, dando origem a aportes e segmentos sociais que, independentemente das alianças explícitas entre o aparelho estatal e certas classes ou camadas, organizam-se em torno de estratégia geral do capitalismo contemporâneo que é a “reincorporação político-administrativa da formamercadoria”. *Conforme Offe, 1984, 124 e 129)

chegariam às levas no Mercado da Vila Rubim, aguardando a chegada dos outros para o início da passeata que culminaria com o Acampamento na praça em frente ao Palácio Anchieta e ao Legislativo Estadual. O temor da repressão policial e a vergonha do estigma de ser desempregado, estavam presentes, sim. Mas, protegidos pela força da coesão grupal e revestidos da dignidade de quem luta por seus direitos, os desempregados iam em frente. Estava iniciada a passeata nas ruas centrais da Vila Rubim. Centenas de pessoas entre mulheres, homens e crianças compactavam-se paralisando o trânsito. Todos em silêncio. Os policiais estrategicamente posicionados na beira das calçadas, não reagiam. O silêncio só era rompido pelos cânticos e pelo ranger das portas de aço do comércio, que desciam vigorosamente fechando lojas e mercearias. O temor aos saques rondava os comerciantes e, até por isso, a cidade parecia uma praça de guerra.

Sem nenhum incidente, a passeata prosseguiu pesarosamente, porém ordeira e pacífica num clima de peregrinação. Quanto mais próximo ao Palácio Anchieta, maior era a tropa de choque da Polícia Militar. Afinal, era ali, na Praça João Clímaco, em frente aos Poderes Executivo, Legislativo e próximo do Judiciário, que o acampamento seria instalado. Mas qual o quê! Logo chegou a ordem de impedimento expedida pelo Secretário de Segurança Pública e a ameaça de repressão policial. Um corre-corre de lideranças indicava a tentativa de se estabelecer contato com o governador. Do impasse, veio a solução negociada envolvendo o Bispo da Arquidiocese de Vitória, que acabou encaminhando os manifestantes para a Praça da Catedral, a cem metros do lugar previsto.

Passados os incidentes iniciais, a instalação do acampamento foi rápida, pois a maioria já estava preparada para a *nova vida*. Dias antes, em reuniões ocorridas em todos os Comitês de Bairro, foram discutidos, e posteriormente encaminhados, os preparativos materiais e normativos: além de lonas, cobertas, panelões e provimentos alimentares iniciais, foram formadas onze comissões responsáveis pelo bom andamento das novas relações sociais:

Comissão de Segurança: proteger o acampamento. Observar para que ninguém fique separado dos outros. Conhecer todas as pessoas que estão acampadas. Verificar se todos estão com crachás. Organizar filas de café, almoço e jantar e não deixar acontecer brigas ou confusões;

Comissão de Saúde: manter contato com médicos e enfermeiras. Articular carros caso alguém passe mal. Procurar entre os acampados quem tem noções de primeiros socorros. Manter plantão de saúde.

Comissão de alimentação: providenciar alimentos para os acampados. Verificar se todos estão se alimentando. Observar e controlar a comida. Organizar e dividir para que todos comam e ninguém fique sem alimento.

Comissão de Lazer: animar o acampamento. Providenciar grupos de teatro, capoeira, instrumentos musicais e folhas de canto. Fazer que todos fiquem animados. Não deixar que o povo fique triste, etc.

Comissão de Limpeza: não deixar que o local do acampamento fique sujo. Limpar a área e lavar as louças do almoço. Arrumar a cozinha. Manter limpo durante todo o tempo.

Comissão de Imprensa e Divulgação: soltar panfletos anunciando as decisões da Assembléia de 31 de maio. Divulgar decisões das reuniões de negociação. Divulgar as entidades que estão dando apoio e que tipo de apoio. Dar entrevistas à imprensa e manter contato com outras entidades avisando o andamento das negociações.

Comissão de Finanças: arrecadar fundos para o acampamento. Fazer rifas, pedágios, etc. Controlar os gastos do acampamento. Fazer projeto financeiro para previsão e controle do que está gastando.

Comissão de Plantão: organizar o acampamento à noite. Não deixar que ninguém saia do local. Manter e observar se todos estão dormindo.

Comissão de Abrigo: providenciar barracas para todos. Providenciar também lonas, cobertas, colchonetes, etc. Controlar e cuidar do material acima citado.

Comissão de Vasilhames: conseguir vasilhas para preparar alimentação. Controlar e cuidar delas.

Comissão de Negociação: manter contatos de negociação com o governo. Convocar assembléias no acampamento para discussão de novas propostas e levar as decisões da Assembléia para o governo.

Organização e trabalho, como se pode verificar, havia para todos e a sua equânime divisão foi feita e recebida por todos com satisfação. Afinal, tratava-se ali no âmbito interno do acampamento, recuperar simbolicamente a identidade de trabalhador.

Foram dezessete dias, entre os dias 06 e 22 de junho de 1984, de intensa experiência organizativa de mais de 1.500 pessoas. “*A praça é do povo como o céu é do condor*”, verso do poeta Castro Alves que, divulgado nos folhetos junto aos participantes do acampamento, legitimavam aquela inusitada conduta.

Sob olhares perplexos, ou temerosos, da população circundante, os acampados iam se adaptando aos seus novos papéis. Os limites entre os moradores de fora e os de dentro iam tão logo se delineando e exigindo dispositivos normativos complementares. Proibiu-se o porte de qualquer tipo de arma; recomendou-se a participação de todos nas atividades programadas, como reuniões dos Comitês de Bairro, dos Municípios e, principalmente, nas assembléias gerais; previu-se o encerramento das atividades do acampamento às 23 horas, após o que, todos deveriam recolher-se para seus alojamentos.

Recomendou-se também que “todos os participantes devessem encarar o acampamento como uma grande família”.

Instaurou-se, na verdade, uma mútua preocupação entre o acampamento e a sociedade mais ampla. Os de *dentro* procuravam proteção junto à Comissão de Segurança (que chegou a contar com 25 membros) e à aura religiosa que envolvia as assembléias gerais realizadas diariamente. Os de *fora*, aos códigos estabelecidos e, se preciso fosse, o aparato repressivo da Polícia Militar, que rondava o acampamento dia e noite. A situação era de liminaridade, com óbvias oposições à ordem estabelecida, invertendo-se, simbolicamente, valores e posições sociais.

Senhor meu Deus, meu Pai.

Pai nosso, como é bom podermos dizer ao Senhor:

Pai nosso, abençoei todo povo que, nesse momento está aqui acampado.

Senhor, também agradeço pela vitória que está dando ao povo que está neste lugar de sofrimento.

Meu Deus, ela vem do Senhor, porque nós somos muito fracos e humildes para ter essa força.

Agradeço a todos os companheiros que estão na mesma luta e apelo para o Senhor dar toda força possível para que tenham mais inteligência porque ela vem do Senhor. Senhor, o pão da vida é o Senhor. O pão da matéria é que nós estamos aqui lutando e o Senhor está nos encaminhando. Eu estou feliz e acredito que todos irmãos também estão.

E vamos continuar a luta e o Senhor vai nos ajudar.

Eu peço que o Senhor ajude esse povo a continuar a luta!

(Oração formulada por um leigo durante a Assembléia Geral do MLCD no acampamento)

Poucos minutos antes deste momento solene de oração, discursou, na mesma assembléia, a coordenadora da Equipe de Cozinha do Acampamento. Destacamos alguns trechos carregados de signos religiosos e metáforas clericais portadoras de um sentido político contestador:

“O que a gente viu aqui, é que se armou uma tenda, e o que ficou para nós é como uma grande lembrança de um verdadeiro amor fraterno. Isso eu acho que ficou: essa vitória do amor fraterno (...) Nós estamos formando um só corpo. Porque estamos formando uma só organização. Porque no dia em que esse povo estiver organizado, então podemos ter certeza de virar essa mesa. Esta é a verdade que nós não podemos negar. Esta mesa tem que virar (...) Nós ganhamos uma vitória, mas não foi de graça. Não foi porque eles tiveram misericórdia. Mas porque reivindicamos, enfrentamos a polícia (...) Vamos organizar, amar, perdoar, mas continuar a espiar quem são os nossos inimigos e quem está impedindo a nossa organização (...) E no mais, quero agradecer a Deus pelos cultos que fizemos todas as tardes. Deus está presente em nossas vidas.” (grifos meus).

Estamos diante de um típico discurso popular onde o elemento religioso expressa uma postura política e onde o elemento político confere uma conotação particular ao religioso. Num rápido exercício de decodificação deste discurso, percebemos que, a *tenda* (de Jesus) é uma referência ao acampamento. Construído com esforço reivindicativo, a coragem e a organização, expressa o abrigo e o caminho para realização da verdade utópica do povo: conquistar o poder (virar a mesa). Há que se formar uma força popular suficientemente organizada, *um só corpo* (de Cristo) que seja capaz de enfrentar os *inimigos*, pois esses, ao não exercitarem o amor fraterno, não podem estar sob o abrigo da mesma tenda de Jesus.

Para um povo carente dos mais elementares direitos de cidadania, excluído econômica e politicamente dos benefícios sociais, lançar mão de um código religioso para expressar criticamente seus interesses, significa dotar as críticas e reivindicações de *força moral* num contexto onde graça a desmoralização do discurso estritamente político. E o código religioso, ao ser informado por códigos ético-políticos contestatórios, resulta numa versão particular do cristianismo.

E tudo isso contribuía, indubitavelmente, para manter a motivação à participação, mesmo tendo-se em conta as precaríssimas condições do

acampamento. Além das grandes lonas que se transformavam em enormes barracas, a Catedral abriu suas portas, transformando-se em quartos de dormir, posto de atendimento médico, cozinha, sala de reuniões, etc. A situação era tão inusitada que gerava atitudes de assombro e de censura por parte da clientela da Igreja, formada por membros da classe média e da elite local. Estavam à mostra as enormes diferenças e discriminações no interior do mesmo *Povo de Deus*.

Embora as condições fossem precárias, a vivência no acampamento ganhou rotina própria dia após dia. Após terem sido convencidos os locais de cozinha, do cadastramento do atendimento médico, das reuniões setoriais por município e das assembleias gerais, foram sendo convencidos também os horários para o café da manhã, o almoço, as horas de lazer, as reuniões e as passeatas pelas ruas centrais da cidade. No final das tardes, invariavelmente, era a vez da assembleia geral onde todos os problemas relativos à convivência no grupo e aos encaminhamentos políticos do movimento eram discutidos e decididos. Reiterando e reforçando o acampamento, os participantes recebiam mensagens de apoio moral de entidades e de movimentos distantes, pois de norte a Sul do país chegavam cartas, telegramas e abaixo assinados de solidariedade, num total de trinta e oito correspondências. Vejamos uma delas:

Queremos solidarizarmos com vocês.
E acreditamos na força e na União de todos.
Neste momento difícil, a união faz a força.
Para nós a luta não está fácil mas acreditamos
Na resistência de todos.
E firmamos pensamentos positivos para que conquistem
As reivindicações que vocês têm direito.
Contem conosco
Povo Unido, Povo Forte!”“.

Esta carta, proveniente da localidade de Tucunduva (RS), foi escrita à mão, assinada por doze mulheres. Permeia o texto a idéia da fraternidade e ganha realce os tradicionais valores de união e de pensamento positivo, atualizados pelos valores emergentes de reivindicação e de direitos. É o elemento residual tornando-se emergente num contexto específico de dinâmica cultural.¹⁹

Se o apoio moral chegava pelas redes sociais movimentalistas, o apoio material chegava através de doações provenientes das igrejas (Católica e Luterana), de entidades sindicais, particularmente comerciários e dos trabalhadores da construção civil e do decisivo apoio prestado pelos sindicatos rurais, que no prazo de uma semana já haviam enviado dez toneladas de alimentos entre arroz, feijão, batata, abóbora, banana, laranja etc.

As manifestações de apoio e solidariedade foram tão intensas que chegavam a gerar estados de comoção durante as assembléias gerais. E isto gerava uma sensação de fortalecimento do movimento. Tanto, que em certa altura, decidiu-se aumentar e sofisticar a pauta de reivindicações. Agora, o MLCDD exigia:

1. Cesta de alimentos, proporcional, de acordo com o número de filhos enquanto durar o desemprego;
2. Frentes de trabalho, que após 10 dias absorvessem os desempregados, garantidas no mínimo durante 30 dias;
3. Emprego fixo a partir desses 30 dias para todos os desempregados;
4. Passe livre para todos os cadastrados, enquanto durar o desemprego;
5. Liberação do PIS/PASEP; 6. Isenção de taxas de água e luz para todos os cadastrados;
7. Controle do Comitê sobre o cumprimento do acordo.”.

¹⁹ Os conceitos de residual emergente foram desenvolvidos por Raymond Willians para refletir sobre a “*inter-relações dinâmicas*” da complexidade cultural marcada por relações de dominação de classe (Veja Willians, 1979, 124/137).

Se a *vivência ritual* da democracia direta no acampamento era intensa, as tentativas de reabertura das negociações com o governo eram entretanto, sempre frustradas. Primeiramente, porque o Movimento não aceitava mais a SEBES como intermediadora e, em segundo lugar, porque o governo se recusava a receber a Comissão de Negociação enquanto durasse o acampamento. Paralisia total. Os dias avançavam, o cansaço tomava conta e a situação de impasse provocava as autoridades políticas e parlamentares. Foi quando um segmento populista do PMDB (partido do governo) em aliança com setores conservadores do aparelho de Estado, representados pela Vice-Governadoria e pela Casa Militar. Aos populistas caberia, negociar diretamente com a assembléia para o fim do acampamento, passando por cima da Comissão de Negociação. Oferecendo alguns benefícios da pauta, esperava-se, pelo cansaço e exaustão, provocar uma divisão interna ao acampamento, entre os aceitariam e os que rejeitariam a proposta do governo. Aos setores conservadores caberia cuidar dos recalcitrantes através de medidas repressivas e policiais.

Mas isto não foi adiante, porque medidas de força não “pegariam bem” para um governo que não queria se desgastar com a Igreja, até porque o próprio governador Camata, um declarado ex-seminarista, era católico convicto e simpatizante da “*opção preferencial pelos pobres*”.

Foi quando outra alternativa, agora envolvendo os bispos, se colocou para se por fim ao acampamento, que naquela altura não interessava a mais ninguém manter. Três segmentos do Estado foram destacados para um diálogo com os bispos da Arquidiocese de Vitória: a Casa Civil, a Casa Militar e a SEBES. Portadores de uma proposta de abertura de 600 empregos (o cadastramento havia registrado 5.982 desempregados) e nada mais, cada segmento fez um discurso junto aos bispos.

A Casa Civil situou o respeito do governo pela nova Igreja e as convicções religiosas do governador. A Casa Militar, referiu-se à necessidade de

endurecimento do governo caso não encontrasse uma solução negociada para por fim ao acampamento, embora enfatizasse que uma medida neste sentido não seria agradável a ninguém. E a SEBES contemporizou com um argumento mais *politizado*, salientando que o acampamento já cumprira sua missão de denúncia pública do desemprego e formar a consciência em torno da gravidade do problema.

Os bispos ponderaram e acharam por bem acatar a argumentação do Secretário da SEBES. E, no dia seguinte, 17º dia de acampamento, os desempregados e as lideranças, reunidos pela última vez em assembléia geral, “*decidiram*” desativar o acampamento e aceitar a proposta dos 600 empregos. As atas indicam, sim, que a decisão já estava tomada antes mesmo dela ter sido iniciada.

Nesta última assembléia pública não houve, na verdade, deliberações, salvo pelo seu caráter simbólico. Um tom ritual tomou conta dos pronunciamentos que justificavam o fim do acampamento: padres agradeciam a inestimável ajuda de todos, representantes de entidades enalteciam o apoio moral e material, representantes das comissões internas orgulhavam-se do extenuante trabalho e os bispos da Arquidiocese de Vitória discursaram exaltando a importância da participação e da organização ordeira, colocando-se ao “ao lado dos trabalhadores nesta sua luta”.

A vivência ritual da democracia direta e o discurso da autonomia em relação ao Estado, conjugado à força interveniente a Igreja, torna a análise deste movimento um difícil empreendimento.

5. A mediação institucional da Igreja.

Ninguém duvida, certamente, que a religião comporta valores que ultrapassam a mediação institucional. Contudo, estamos diante de um quadro, onde a religiosidade nele expressa passou, com certeza, pela dimensão institucional e

foi, juntamente com a sua significação política, sancionada por ela. Pode-se, até mesmo, afirmar que o MLCD não teria existido como tal sem a mediação da Igreja.

Em entrevista feita com o próprio presidente da CUT estadual, a importância da Igreja foi assim destacada:

(...) A Igreja, realmente, de forma especial a Igreja Católica, através das CEBs e outros grupos da Igreja, jogou um papel importante. Aonde as Comunidades eram mais fortes, aonde a participação popular já se dava nas Comunidades de Base, os Comitês conseguiram se organizar com mais facilidade. Então a Igreja teve um papel muito importante aí. Em todo o processo ela foi importante, mas na hora de começar os comitês foi decisivo. (...)

Para as lideranças de base, a Igreja é tida como quem presta apoio, dá segurança e ajuda na descoberta dos direitos pelos quais há que se lutar. Vejamos como um deles contou sua experiência:

“Começou que toda questão operária era discutida entre a gente. (...) Tinha Pastoral Operária, Comunidade de Base. E então a gente participava, a gente tinha uma divisão de trabalho, né. Aí nasceu o comitê dos desempregados. A gente participava, ia às reuniões de outros bairros dando exemplo pro pessoal (...) que a gente sentiu que a Igreja deu apoio, ajudou mas é um dever nosso lutar pelos nossos direitos. E a Igreja ajuda, mas se a Igreja não pode toda vida ajudar a gente numa coisa só, né. A gente tem que sentir dentro da gente mesmo que temos que lutar pelas nossas coisas (...). Eu senti, porque a gente vê dentro da organização de bairro, de comunidade, e vendo a gente desempregado, não é? Vendo tanto dinheiro que entra no país, desviado; também a corrupção que há, né! As pessoas no poder diário têm dinheiro para fazer campanha política, botar trio elétrico correr a cidade – como vai correr agora antes de 15 de novembro (...).”

A relação entre o MLCD e a Igreja, era, na verdade de mão dupla, pois enquanto ele se constituía com seu apoio, ela também reforçava a sua nova estruturação em CEBs e em Pastorais. As questões, em princípio próprias do Movimento, eram transportadas para seu interior mobilizando suas instâncias e seu pessoal. Nas missas, nas festas religiosas, etc., o MLCD era, sempre, um referente por onde passavam desde longas discussões estratégicas, até orações criadas nos momentos de celebração de fé.

Caros Irmãos,

No último dia 20 de maio, reuniu-se, pela primeira vez neste ano, o nosso Conselho de Área – o Conselhão. Estiveram presentes 85 pessoas, membros dos Conselhos: da Periferia, dos Centros Urbanos e da Pastoral Ambiental e de Serviços, além da Comissão dos Movimentos (COMOV). Além de Dom Silvestre e uma pequena visita do novo Bispo Auxiliar – Dom Geraldo Lyrio – tivemos presença de 14 sacerdotes.

Após uma rica troca de experiências e informações entre os Conselhos, o Conselhão fez um sério estudo, em grupos por setor, do DOCUMENTO 28 – Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja do Brasil. O item escolhido foi ‘ENVAGELIZAR À LUZ DA OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES’. O objetivo deste estudo foi a busca de um trabalho concreto integrado dos quatro setores na Grande Vitória. A conclusão unânime dos quatro setores foi APOIO TOTAL AO MOVIMENTO DOS DESEMPREGADOS, como expressão concreta da opção preferencial pelos pobres, na Grande Vitória, no momento atual (...)

Esta citação é parte de um documento encaminhado pela “*Coordenação Colegiada*” da Arquidiocese, aos membros do Conselho de Área da Grande Vitória, contendo propostas de apoio ao MLCD: fazer estudo detalhado da situação do desemprego; incentivar e ajudar na criação de Comitês contra o desemprego; pressionar Congresso Nacional para aprovação de Seguro Desemprego; organizar entre os cristãos, o Fundo Financeiro de Apoio ao Movimento; pressionar para que as empresas readmitam e para que não demitam seus empregados; *emprestar* a força da Igreja (crédito) ao Movimento, facilitando contatos diretos com o governo; ajudar o Comitê na elaboração de sua estratégia de ação; divulgar as ações do Movimento e incentivar a participação, ajudando nos convites; ajudar na infra-estrutura do Movimento;

exigir, por parte do governo, a criação de Frentes de Trabalho – substituindo máquinas por homens, e que as Frentes sirvam para obras prioritárias do povo (indicadas pelo povo); defender os desempregados contra qualquer violência que possa haver contra os mesmos.

Vejamos também uma oração proferida por um dos cristãos presentes na *Festa do Corpo de Cristo* promovida pela Arquidiocese de Vitória no Ginásio de Esporte Álvares Cabral no dia 21 de junho de 1984:

CRISTO, PÃO DA VIDA

Pedimos por todos os trabalhadores desempregados para que não se entreguem ao desespero e angústias, mas que procurem se unir; por todos aqueles que estão ajudando com apoio e solidariedade; - de maneira especial, pedimos pão da vida pelos desempregados que corajosamente se uniram, acreditaram na sua força e capacidade de mudança dessa sociedade, que estão acampados há 16 dias na Praça da Catedral, enfrentando grandes dificuldades, para que esta vitória parcial das reivindicações, seria força para prosseguir nas lutas diárias de toda classe oprimida.”

Toda a base da Igreja foi envolvida, de uma forma ou de outra, com o MLCD. Aqueles que não estavam diretamente comprometidos, participavam, ou através de um abaixo-assinado de solidariedade que percorreu todas as CEBs, ou tomavam conhecimento do seu percurso através de circulares informativas, como esta que, em 08 de junho de 1984, foi enviada pelo padre Rubens Duque, a todos os membros da com unidade:

“Nós dirigimos a todos os cristãos desta comunidade que acredita no Deus da Vida e por Ele se reúne para expressar e fortalecer a fé. Queremos dar-lhes notícias a respeito dos desempregados que estão acampados na Praça da Catedral, porque foram impedidos de acampar em frente ao Palácio do governo (...). Estamos certos da presença e ajuda desta comunidade no acampamento, para que unidos possamos lutar e sair vitoriosos”

Este apoio organizativo e político pelas redes sociais da Igreja, transcendia a esfera do MLCD local. O Serviço de Intercâmbio Nacional, criado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos/ Grupo Ação Justiça e Paz de Petrópolis, cumpria importante papel intermediador para que inúmeras cartas fossem enviadas das mais diversas localidades dos estados brasileiros ao governador do Estado, como força de pressão para a reabertura de negociações durante o acampamento. Inúmeras outras cartas e telegramas chegavam para os acampados. Das 38 correspondências, nada menos do que 26 eram de órgãos, entidades e Movimentos ligados à Igreja; desde clubes de mães, passando pelas CPTs, Movimentos dos Sem Terra, Movimentos de Juventude, até Comissões de Justiça e Paz de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, etc. Vejamos o que diz uma das cartas que foi enviada na forma de abaixo assinado:

Unidos mui conscientemente à situação vivida por vocês desempregados, acampados em frente ao Palácio do Governo, viemos trazer-lhes nossas solidariedade. Sabemos quão grande é a contribuição que cada um pode dar tornando público este problema criado pelo sistema – o desemprego. Deus, que não perde o controle da história do povo, está do nosso lado.

Mesmo diante da indubitável marca da Igreja no MLCD desde a escolha do da carência mais candente de conjuntura política, o desemprego, até os meios para a sua descoberta subjetiva enquanto *indignação moral* (Moore:1987); desde a articulação entre as imagens mítico-proféticas e os códigos ético-políticos até a provisão de uma eficiente estrutura organizacional (local e nacional), indagava-se junto às bases do movimento:

QUEM É O PAI DO MOVIMENTO

A CUT – Central Única dos Trabalhadores – através de sua direção no Estado do Espírito Santo, vem apoiando totalmente a realização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Estamos nessa luta, porque acreditamos que se a situação dos trabalhadores em geral não está fácil, a situação dos trabalhadores nem se fala! Mas, nem a CUT, nem a Igreja e

nem o Partido Político é dono do Movimento. *O Movimento é dos trabalhadores desempregados que dele participam. As decisões são tomadas em Assembléias, depois de longas discussões nos comitês por bairros.* (Boletim da CUT/ES. Grifos meus.)

O BISPO NÃO NEGOCIA NADA

A CUT dá todo seu apoio às palavras de Dom Silvestre Scandian, Arcebispo de Vitória, que declarou não ser o representante dos trabalhadores desempregados. O que Dom Silvestre faz, e toda a Igreja junto, é apenas apoiar o movimento. Se quiser negociar com os trabalhadores, o governo tem que procurar o próprio Movimento, que tem Comissão encarregada dessa negociação. “Bem disse alguém na Assembléia: A gente elegeu o Governador e não o Bispo”. (Boletim da CUT)

Porém sabemos que o Bispo negociou e que as decisões estavam longe de serem tomadas pelas bases sem antes passarem por avaliações dos articuladores do Comitê Central. Então qual o sentido de se insistir na idéia do “povo como sujeito da sua própria história?” Estariam eles, ou a Igreja, sentindo-se como se fossem representantes naturais da sociedade civil?

Em relação aos partidos políticos, o MLCD era, de fato, totalmente independente. Havia uma identificação partidária pela maioria das lideranças com o PT, Partido dos Trabalhadores, mas as questões próprias do movimento e a questão mais geral do desemprego, embora merecesse preocupação, não eram centrais. Durante o período do acampamento, o PT, aliás, o único a se pronunciar, emitiu a seguinte nota de apoio:

“AOS DESEMPREGADOS - VITÓRIA-ES

Companheiros:

Sabendo da triste situação que a classe trabalhadora enfrenta hoje referente ao Desemprego, e sabendo que hoje no Espírito Santo os trabalhadores acordam com coragem e começam a se organizar para exigir emprego do governo Estadual, é que o PT – Partido dos Trabalhadores vem através desta carta, prestar todo nosso apoio e dizer:

Companheiros, esta sociedade injusta onde vivemos, só mudará, com organização de todos os trabalhadores. Vocês estão contribuindo para essa mudança.

Não podemos mais calar diante de tanta injustiça, temos que gritar, exigir, assim como vocês estão fazendo, que respeitem os nossos direitos.

Continuem firmes nessa luta! (PT – Partidos dos Trabalhadores/Linhares, ES)

6. Entre o sentido moral e o sentido político da participação.

Além deste estudo de caso sobre o Movimento de Luta Contra o Desemprego, já fiz outros três entre os anos de 1978 e 1983, todos ocorridos na Grande Vitória: o Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, o da Oposição Sindical da Construção Civil e o da Ocupação do mangue de São Pedro. Em todos eles o papel da Igreja Católica foi decisivo para garantir a continuidade das práticas e da participação, através das CEBs, e de ONGs como a FASE, a CDDH, a Pastoral Operária e a Pastoral de Periferia. Também em São Paulo, essa presença tem sido marcante para a eclosão de movimentos sociais urbanos de combate à alta do custo de vida, dos loteamentos clandestinos, da falta de transporte coletivo, creches, saúde, moradia, etc.²⁰. A recente tese de doutoramento de Martins (1986) demonstra o forte papel exercido pela Igreja junto à organização dos operários do ABC paulista. Também, como dizem Viola e Mainwaring (1987):

“No Brasil, as CEBs tornaram-se, em muitas regiões, o ponto de partida para o surgimento de associação de moradores (...). Muitos líderes do novo sindicalismo

²⁰ Ver o livro organizado por Singer, P.; Brant, V. C. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980., sobre como se organizam os trabalhadores e as populações carentes da periferia. Outros tantos movimentos de expressão localizada multiplicaram-se pelo Brasil afora com base no trabalho de CEBs da Igreja, muitos dos quais também com apoio de ONGs ligadas ao protestantismo histórico, como a CESE no Nordeste brasileiro. Experiências ricas também são observadas junto à questão dos imigrantes, aos bóias-frias (cortadores de cana) e aos chamados *Sem Terra*. Invariavelmente, foram eles que compuseram a força protagonista das comissões de fábrica do final da década de 1970, das Oposições Sindicais, do apoio às grandes greves ocorridas entre 1978 e 1979, da criação do PT em 1980 e da criação da CUT em 1983. Explicações desses surpreendentes fenômenos que deixaram de lado o trabalho prolongado de organização molecular desenvolvido pela Igreja, jamais conseguiram explicá-los adequadamente.

vieram das CEBs, e as concepções organizativas e políticas do novo sindicalismo receberam delas forte influência. Este novo sindicalismo, sem dúvida o mais significativo do Brasil, enfatiza a participação de base, fortalece a presença sindical no local de trabalho e favorece a democracia interna – temas anteriormente sugeridos nas CEBs. Os debates nas CEBs sublinham a importância da atuação sindical e, durante as greves, as CEBs proporcionaram apoio organizativo e financeiro significativo. As CEBs e outras organizações de base da Igreja, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, tem também cooperado estreitamente nos Sindicatos Rurais (...).

Ao se analisar os movimentos sociais no Brasil, especialmente quando neles a Igreja joga papel decisivo, é preciso ir além das análises que a tomam somente como uma *agência de elaboração discursiva*, às quais os movimentos sociais recorrem para desenvolver *experiências de auto-organização* (Sader, 1988: 4, 138-9, Telles, 1987: 80-1); ou ainda como um dos *mediadores e/ou agentes externos* que estimulam e dão apoio aos movimentos sociais (Scherer-Warren, 1986; Jacobi, 1987; Cardoso, 1983).

A Igreja não é uma mera evidência a mais num somatório de outros fatores. Quando ela está presente, o movimento é uma coisa, quando não está presente, é outra. E esta presença tem sido fundamental para garantir continuidade, sustentação e eficácia em movimentos que são marcados pela diversidade, pelo localismo e pela tendência à fragmentação.

Como pudemos ver no MLCD, a recriação de grandes imagens mítico-proféticas na experiência organizativa foi o filtro pelo qual foram incorporados os códigos ético-políticos emergentes, como a democracia de base ou direta e da autonomia, gerando um senso de comunidade entre iguais e o sentimento de pertencimento a um mesmo campo de movimentos sociais contra o Estado. Isto compõe, certamente, a força moral do movimento.

Por outro lado, os impasses nas negociações e a pífia conquista de 600 empregos ante um cadastramento de 5982 desempregados, elaborado a

pedido do Governador, revelaram as dificuldades de se compatibilizar a face expressivo-disruptiva do MLCD com seu apelo integrativo, ou de inclusão social pela ampla pauta de reivindicações, colocada ao lado provedor do Estado. Sem contar que, o final do Movimento deu-se pela sua fragmentação interna, dividido ante diversos órgãos do Estado, cada qual com prazos e desfechos diferenciados, bem como pela disputa interna instaurada diante dos 600 empregos oferecidos pelo governo. E isto compõe, propriamente, o sentido político do Movimento.

Importante ainda considerar, que este sentido tende a se ampliar na conjuntura democratizante que avança no Brasil. E, neste novo contexto, a manutenção da tão sonhada unidade dos movimentos vai se tornando cada vez mais difícil, até porque a tendência é a ampliação da permeabilidade do Estado às demandas e interesses populares. Como compatibilizar, agora, a idéia consensual-solidarística da comunidade, uma das colunas de sustentação moral dos movimentos sociais (e da Igreja), com o sentido racional-competitivo da negociação política, própria do sentido político da participação?

A participação, que antes podia nutrir-se exclusivamente de um *sentido moral* (formar pessoas conscientes dos seus direitos, remover o conformismo, clamar pela justiça social e divisão de riqueza, etc.) já não consegue, nesta nova conjuntura, esquivar-se de seu *sentido político* propriamente dito, na medida em que os interesses populares têm que comparecer no sistema de decisões, não mais somente pela pressão e mobilização, mas também pela competência técnica e capacidade de gestão do conflito. Um terreno que requer um pensar fundado em critérios de racionalidade política que extrapola, portanto, os critérios de moralidade para cuja elaboração e veiculação da Igreja tem sido altamente eficaz.

O MLCD também demonstrou que os novos movimentos sociais não se definem somente pela alavanca da cultura comunitária. Sua lógica está dada também pela relação como o próprio Estado, na medida em que cria aparatos

que promete benefícios. Ao se colocar como provedor, ele cria ou alimenta a expectativa da demanda, tal como ocorreu com o MLCD quando percorreu os bairros, com carros do SINE e da SEBES, junto ao trabalho de cadastramento. Entretanto, ao mesmo tempo em que funciona como indutor da participação pode, num passo seguinte, quebrar qualquer unidade, pois ao abrir diferenciados canais de interlocução por entre seus órgãos e aparatos com tempos burocráticos diversos, provoca a fragmentação.

Cabe, portanto, aos atores sociais estudar a forma como vão interagir com o Estado e seus aparatos. Esse é o grande desafio que se avizinha pela frente com a consolidação democrática, momento em que o Estado estará mais permeável à sociedade civil. O desafio, então, é como dar sustentação e continuidade a movimentos sociais de ação direta revestidos de um sentido moral, com a participação política propriamente dita nutrida por demandas que requerem negociações racionais e calculistas.

Referências

ALVES, R. *O que é Religião*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BARREIRA, I. A., STROH, P. "O movimento dos desempregados nas ruas: Uma prática fora de tempo e lugar?". In: **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez, nº 20, 1983.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOTOMORE, T. B. *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BRANDÃO, C. R. (org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ruth C. L. "Movimentos sociais urbanos: Balanço crítico". In: SORJ, B., ALMEIDA, M.H. (orgs.) **Sociedade e Política no Brasil pós 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COTTA, M. II "Concetto de partecipazione política: linee di un inquadramento teorico". *Rev. Italiana de Scienza Política*, nº 9, 1979.

DELLA CAVA, R. "A Igreja e a abertura: 1974-1985." In: KRISCHKE, P. e MAINWARING, S. (orgs.) **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição: 1974-1985**. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.

DESVIOS. "A autonomia em questão: onze teses." *Desvios*. São Paulo: (1) 59-78, nov. 1982. [publicação avulsa de intelectuais, liderados pelo sociólogo e professor da USP, Eder Sader].

DOIMO, A. M. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular: Movimento de transporte coletivo de Vila Velha (ES)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. “O rumo dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade”. In: KRISCHKE, P. e MAINWARING, S. (orgs.) ***A Igreja nas Bases em Tempo de Transição: 1974-1985***. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.

_____ e BANCK, G. “Novas forças, velhos limites? Estudo de caso de um movimento social urbano.” *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez. Ano X, nº 29, abr.1989.

DURHAN, E. “A dinâmica cultural na sociedade moderna.” *Questão Popular*. São Paulo: Kairós. Ano 2, nº 3, mar.1980.

_____. *A Caminho da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

EVERS, T. “De costas para o Estado, longe do parlamento: Os movimentos alternativos na Alemanha Ocidental.” *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP. V. 2, nº 1, abr.1983.

_____. “Identidade: A face oculta dos nossos movimentos sociais.” *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, v. 2, nº 4, abr.1984.

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JACOBI, P. *Ação Coletiva, Atores Sociais e Cultura Política*. São Paulo: CEDEC, mimeo, 1987a. [Cadernos]

_____. “Movimentos urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80.” *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1987b

KOWARICK, L. “Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: Uma análise da literatura.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1987.

MARTINS, H. H. de S. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*. São Paulo: 1986. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.

MARTINS, L. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. “Introdução ao estudo das decisões.” In: **Poder e Desenvolvimento Econômico: Estrutura de poder e sistemas de decisão no Brasil.** (no prelo). [1987]

MARX, K., ENGELS, F. *Sobre a Religião.* Lisboa: Edições 70, 1975.

MOORE, B.. *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOISÉS, J. A., MARTINEZ ALIER, V. “A revolta dos suburbanos ou ‘Patrão o Trem Atrasou’.” In: MOISÉS, J. A. **Contradições Urbanas e Movimentos Sociais.** Rio de Janeiro: CEDEC: Paz e Terra, 1977.

NISBET, R. A. “Comunidade”. In: FORACCHI, M., MARTINS, J. (orgs.) **Sociologia e Sociedade.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1984.

OLIVEIRA, R. C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social.* São Paulo: Pioneira, 1984.

PAIVA, V. “A Igreja moderna no Brasil”. In: PAIVA, V. (org.) **Igreja e Questão Agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

ROMANO, R. *Brasil: Igreja contra Estado; crítica contra o populismo católico.* São Paulo: Kairós, 1979.

SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, falas e lutas.* São Paulo, Tese de Doutorado, FFCL/USP, 1987.

SANCHIZ, Pierre. "Igreja e questão agrária: Um posfácio." In: PAIVA, V. (org.) **Igreja e Questão Agrária.** São Paulo: Loyola, 1985.

SCHERER-WARREN, I. "O caráter dos novos movimentos sociais." In: SCHERER-WARREN I., KRISCHKE, P. (orgs.) **Uma Revolução no Cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, L. A. M., RIBEIRO, A. C. T. "Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?" *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo: ANPOCS, 1985. [n.2].

SINGER, P., BRANT, V. *São Paulo: O povo em movimento.* Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, L. A. G. *Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História.* Petrópolis: Vozes, 1982.

TELLES, V.S. "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70". In KRISCHKE, P. e MAINWARING, S. (orgs.) **A Igreja nas Bases em Tempo de Transição: 1974-1985.** Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURNER, V. *O Processo Ritual.* Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

VASCONCELOS, E. J. G., KRISCHKE, P. "Igreja, motivações e organizações dos moradores em loteamentos clandestinos." In: KRISCHKE, P. J. (org.). **Terra de Habitação X Terra de Espoliação.** Cortez: São Paulo, 1984.

VIOLA, E. e MAINWARING, S. "Novos movimentos sociais: Cultura política e democracia (Brasil e Argentina)." In: SCHERER-WARREN I. e KRISCHKE, P. (orgs.) **Uma Revolução no Cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

WANDERLEY, L. E. *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular*. São Paulo: V Encontro Anual da ANPOCS, 1981.

WILLIAMS, R. "Dominante, residual e emergente." In: ***Marxismo e Literatura***. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.